



# FONTES DE FINANCIAMENTO À INOVAÇÃO: O CASO DE UMA EMPRESA DE SAÚDE ANIMAL DO INTERIOR PAULISTA

## INNOVATION FINANCING SOURCES: AN ANIMAL HEALTH COMPANY CASE FROM SÃO PAULO STATE

Eduardo Henrique Garcia Maniezo<sup>1</sup>, Felipe Escudeiro Pavani<sup>1</sup>, Iuri Nogueira<sup>1</sup>, Rafael Paulino Juliani<sup>1</sup> e David  
Ferreira Lopes Santos<sup>2</sup>

Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – FCAV – UNESP Jaboticabal-SP.

Departamento de Economia Rural

### 1. INTRODUÇÃO

O interesse desse trabalho é analisar as fontes de financiamento à inovação utilizadas por uma empresa tradicional no segmento de saúde animal, de forma a diagnosticar as potencialidades e limitações dos instrumentos públicos e privados direcionados ao fomento da inovação.

Diferentes estudos no Brasil têm destacado a importância de programas que viabilizem projetos voltados à inovação em empresas existentes que precisam aumentar a competitividade dos seus produtos e processos (MAÇANEIRO e CHEROBIM, 2011).

Com a crescente competição de empresas no mercado, aliada à dinamicidade que este ganhou com o avanço do movimento da globalização, a criação e inovação tornaram-se necessidades de caráter constante dentro do ambiente organizacional (TIGRE, 1998).

Segundo a última edição da PINTEC/IBGE 88% das empresas que implementaram inovações no país são de micro e pequeno porte (< 100 funcionários) (IBGE, 2010). No entanto, Maçaneiro e Cherobim (2011) ressaltam que estas organizações enfrentam dificuldades quanto a limitação de recursos financeiros próprios e restrição no acesso as fontes junto a terceiros.

Por isso, espera-se que esse trabalho possa contribuir para uma melhor elucidação das fontes de financiamento à inovação utilizados por uma empresa de médio porte no segmento de Saúde Animal, de modo que reflexões possam ser discutidas para o aperfeiçoamento dos mecanismos bem como sua melhor divulgação.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Santos, Basso e Kimura (2012) a estrutura da capacidade de inovar das empresas brasileiras pode-se dividir em três grupos: Capital Humano, Capital Interno e Capital Relacional. Esses recursos compreendem ativos tangíveis e intangíveis que requerem uma estrutura de gestão organizada e orientada à resultados.

Os investimentos na capacidade de inovar são incertos quanto os resultados e o tempo de realização, com efeito, às empresas precisam de estruturas de financiamento que garantam a liquidez e a rentabilidade apurada pelo *Residual Return on Investment* (ASSAF NETO, 2006).

Essa situação é inerente ao Segmento de Saúde Animal que nos últimos cinco anos alcançou faturamento superior a R\$ 15 bilhões, segundo SINDAN (2012) e demanda investimentos constantes em inovação para fins de aprimoramento e inserção de produtos totalmente novos. A indústria farmoquímica e farmacêutica (IFF) apresentou em 2008 uma taxa de 63% de empresas com inovação, sendo superior a média nacional em 64% (IBGE, 2008).

<sup>1</sup> Graduandos em Administração pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – FCAV Jaboticabal-SP)

<sup>2</sup> Doutor em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Assistente Doutor na UNESP – FCAV Jaboticabal-SP.



Por outro lado, o financiamento da P&D em pequenas e médias empresas do Brasil aponta para 77% dos recursos provenientes de fontes próprias (novos aportes ao patrimônio líquido ou utilização de lucros acumulados) (IBGE, 2008). No caso da IFF onde se insere o segmento de Saúde Animal essa taxa alcança 92%, sendo que os 8% restantes são obtidos junto às fontes públicas (IBGE, 2008), logo, não há o uso de financiamento privado à P&D desta indústria. Não obstante, as fontes de financiamento para as demais atividades é da ordem de 83%, sendo o complementar obtidos junto aos instrumentos públicos (15%) e privados (2%).

Desta forma, observa-se que a indústria onde se insere as empresas de Saúde Animal dependem de investimentos sistemáticos em inovação, porém suas fontes estão condicionadas à disponibilidade de capital da própria empresa. Ressalta-se que as empresas inovadoras da indústria em questão investe, em média 4,89% do faturamento na capacidade de inovar e possui apenas 0,14% da mão de obra dedicada à P&D (IBGE, 2008).

As fontes de financiamento públicas podem ser segregadas em fiscal e financeira. A primeira está associada a Lei 11.196/05 (Lei do Bem) que prevê a isenção de um grupo de impostos para insumos dedicados à inovação e a dedução dos gastos com P&D diretamente no lucro antes do Imposto de Renda. No entanto, a Lei só tem alcance para as empresas que usam o Lucro Real. As fontes financeiras são recursos disponibilizados por empréstimos subsidiados por instituições públicas (FINEP e Bancos de Desenvolvimento), ou por subvenção através de agências de fomento (FAPESP, FAPERJ, FUNCET, CNPQ, etc.) ou por secretaria vinculada ao Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação.

As fontes de financiamento privado estão associadas as linhas de Bancos de Investimento e fundos de Venture Capital, no entanto, no Brasil são poucas instituições que direcionam recursos à inovação e quando o fazem, concentram-se em *start-ups* na área de Tecnologia de Informação. Os dados do IBGE confirmam a incipiência do mercado de crédito voltado à inovação.

### **3. MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa é um estudo de caso em uma empresa de saúde animal no interior do Estado de São Paulo que tem mais de 60 anos de experiência no mercado e possui hoje um portfólio com mais de 52 produtos em diferentes linhas no segmento de Saúde Animal. A empresa pode ser caracterizada como de médio porte, pois tem mais de 300 funcionários e apresentou receita em 2012 superior a R\$ 40 milhões com vendas no mercado nacional e internacional.

Em 2011 a empresa estruturou uma atividade de P&D interno com 09 pesquisadores (pós doutor, doutores, mestres e técnicos) responsáveis pelas atividades de pesquisa e acompanhamento/manutenção das produtos existentes.

Para coletar as informações foi aplicado um questionário semi-estruturado a partir do tema com os dois líderes do P&D da empresa no mês de junho de 2013. Utilizou-se também a análise de documentos internos da empresa e o conhecimento de um dos pesquisadores que já atuou profissionalmente na empresa. Essa triangulação de informações obtidas por pesquisadores externos e com conhecimento interno permitiu igualmente profundidade e confiabilidade dos resultados.

A abordagem para análise foi qualitativa a partir da análise de conteúdo do material levantado onde as categorias de análise foram as fontes de financiamento à inovação.

### **4. RESULTADOS**

O financiamento da P&D é oriundo de fontes próprias, pois há um grande intervalo de tempo nos processos de aprovação dos produtos pela autoridade governamental, foi citado um produto que encontra-se em análise por 24 meses, quando o prazo deveria ser 6 meses. Essa situação prejudica os processos de avaliação econômica dos projetos e inviabiliza, segundo os entrevistados o uso de recursos de terceiros, em especial, os financeiros. No entanto, a empresa



submeteu nesse ano três novos projetos à FINEP para auxílio financeiro para o desenvolvimento de novos produtos e planeja também a submissão de projetos à FAPESP para concessão de bolsas de fixação para pesquisadores.

A empresa utiliza recursos do BNDES com certa frequência, em especial, a linha do FINAME para aquisição de máquinas e equipamentos.

Para o ano de 2013, a projeção de investimentos alcança 3,12% da receita com expectativa de ampliação para 6%. Os investimentos estão segregados conforme a Figura 1.

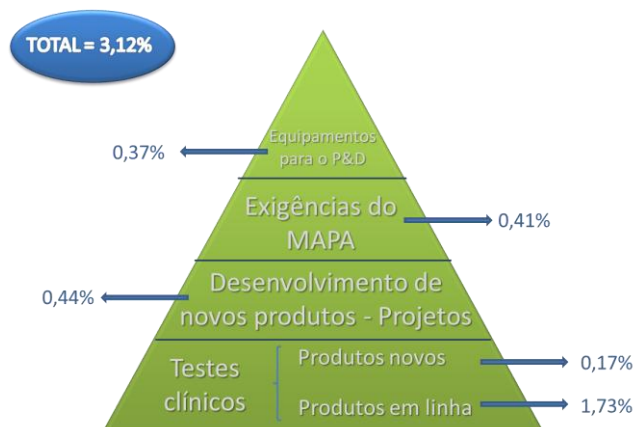


Figura 1 – Divisão dos gastos com P&D da empresa estudada  
Fonte: Elaborada pelos autores

A empresa não utiliza a Lei do Bem, pois sua condição contábil é mais benéfica para o uso do Lucro Presumido, o que confirma que a Lei do Bem é uma política pública voltada às grandes empresas.

## 5. CONCLUSÕES

O caso evidenciou o perfil do financiamento à inovação das empresas de Saúde Animal onde há predominância das fontes próprias e o uso limitado de recursos públicos. Inobstante, o uso de recursos de agências de fomento e da FINEP exigem uma estrutura administrativa robusta para preparar os processos de submissão do projeto que requerem inúmeros documentos; observou-se que os processos do FINAME são mais factíveis à empresa por terem processos mais simples e conhecidos.

Em que pese as dificuldades, registra-se como positivo os investimentos da empresa em inovação e sua expectativa em aumentá-los. No entanto, a sustentabilidade da atividade demanda uma estrutura de financiamento mais diversificada quanto as fontes.

Ressalta-se que apesar das linhas de fomento à inovação no Brasil essas não são direcionadas às pequenas e médias empresas no que diz respeito a facilidade, comunicação e disponibilidade do acesso. Há necessidade de processos mais simplificados e céleres, além de incentivos fiscais que abarquem as empresas optantes do Lucro Presumido e Simples que representam  $\frac{3}{4}$  das empresas instaladas no Brasil.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ASSAF NETO. A. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2005.

IBGE. **Pesquisa de Inovação Tecnológica 2008**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pintec/2008/defaultzip\\_cnae2\\_2008.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pintec/2008/defaultzip_cnae2_2008.shtm)>. Acesso em: 22 jun. de 2013.



MAÇANEIRO, M. B.; CHEROBIM, A. P. M. S. Fontes de financiamento à inovação: Incentivos e óbices às micro e pequenas empresas - estudo de casos múltiplos no estado do Paraná. **Organizações & Sociedade**, Salvador-BA, v. 18 n. 56 , p.57-75, jan. 2011.

SANTOS, D. F. L.; BASSO, L. F. C; KIMURA, H. A estrutura da capacidade de inovar das empresas brasileiras: Uma proposta de construto. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 9, n. 3 , p.103-128, jul./set. 2012.

**SINDAN** - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Para Saúde Animal. Mercado. Disponível em: <<http://www.sindan.org.br/sd/base.aspx?controle=8>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

TIGRE, P. B. Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas-SP, v. 5, n. 1 , p.187-223, jan./jun. 2005.